

Paliativo ambicioso

23 ABR 1993

Com Brasil

O plano que o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, deve apresentar ao presidente Itamar Franco na reunião ministerial de amanhã destina-se, segundo seus auxiliares, a permitir um "gerenciamento competente" dos escassos recursos do governo federal. Se esse plano, como admitiu o próprio ministro, for um mero paliativo — visto que medidas mais eficazes de combate à inflação dependem de mudanças na Constituição —, deverá conter pouco mais do que providências para o enfrentamento dos problemas financeiros mais prementes do governo. O que tem sido noticiado sobre ele, no entanto, revela-o mais ambicioso do que se poderia esperar de um mero paliativo.

Ao mesmo tempo em que procurará reduzir o déficit público, o que é necessário para combater a principal fonte de inflação e exigirá profundos cortes de gastos, a equipe que elabora o plano pretende também atender ao desejo do presidente Itamar Franco de ampliar os investimentos públicos na área social e estimular o crescimento da economia, o que, evidentemente, exigirá mais gastos.

É claríssima a contradição entre esses dois objetivos. Admitindo-se, no entanto, que, determinado a agir com rigorosa competência, o ministro Eliseu Resende opte pelo controle do déficit para, como exige a crise brasileira, atacar de imediato o pior dos males econômicos, que é a inflação, utilizando todos os instrumentos que tem à mão hoje, ainda assim enfrentaria sérios obstáculos para obter êxito.

Tome-se o caso do Orçamento que o Congresso aprovou e encaminhou ao presidente da República para sanção ou veto. Estimou-se inicialmente em US\$ 9 bilhões o déficit nele embutido. Depois de conferidas as despesas autorizadas e as receitas previstas, a Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento reviu a previsão para nada menos do que 4% do PIB, o que corresponde a mais de US\$ 16 bilhões.

Com pessoal, o Orçamento previu gastos

médios de US\$ 1,18 bilhão por mês, mas já em março (despesa realizada em abril) a conta subiu para US\$ 1,800 bilhão. Ao longo do ano, nos cálculos preliminares do governo, o estouro chegará a US\$ 3 bilhões. Na Previdência, o estouro é calculado em US\$ 3,4 bilhões. Do lado da receita, foi superestimada em US\$ 3 bilhões a arrecadação do novo Finsocial. Há ainda outras perdas de receitas, algumas das quais já estão ocorrendo, como no caso do Imposto de Renda das empresas.

O governo espera obter ganhos com a supressão das chamadas transferências voluntárias de recursos para os Estados e municípios, despesas que, em geral, atendem a interesses eleitorais dos que conseguiram inscrevê-las no Orçamento. Mas, mesmo que vença as resistências políticas e consiga realizar esses cortes, o governo terá um ganho muito inferior às suas necessidades: serão US\$ 3 bilhões a menos nos gastos, para uma necessidade de cortes que pode chegar a US\$ 14 bilhões (o governo espera cobrir com o IPMF o que falta para atingir US\$ 16 bilhões). Falta ainda definir onde serão cortados os restantes US\$ 11 bilhões, para só então se começar a pensar em como destinar recursos para os investimentos desejados pelo presidente.

Serão, preferencialmente, investimentos em áreas como agricultura e construção, que geram emprego e contribuem para aliviar os problemas da população pobre. Anuncia-se, por exemplo, que a Caixa Econômica Federal (CEF) disporá de US\$ 2 bilhões para financiar imóveis para a classe média e população de baixa renda, embora não se saiba ainda como uma empresa que no ano passado foi salva pelo Banco Central com uma operação de socorro de US\$ 1 bilhão dispõe de tantos recursos.

Esses são apenas alguns dos obstáculos que o governo precisa superar para atingir seu duplo objetivo de combater a inflação e estimular a retomada do crescimento. Há muitos outros. Vamos esperar que, na reunião de amanhã, o governo consiga nos convencer de que tem meios para isso.